

CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus****2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO – CCJR.****PARECER AO PROJETO DE LEI 187/2018****AUTORIA:** Executivo Municipal.**EMENTA:** **AUTORIZA** o Poder executivo Municipal a contratar operação de crédito com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e dá outras providências.**PARECER**

<b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b>	
<b>Votação no Plenário</b>	
Em:	18 / 07 / 2018
Situação:	3ª COMISSÃO
Responsável:	Darlem

**I – RELATÓRIO**

Trata-se do projeto de Lei 187/2018, de autoria do Executivo Municipal, DISPÕE sobre a contratação de uma operação de crédito com a CEF para destinar para o Programa de Melhoria da Infraestrutura Urbana e Tecnológica do Município de Manaus ( Prominf/Manaus).

**II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

No tocante à tutela jurídica ad abertura de crédito, que é a autorização para adquirir um empréstimo em troca de um investimento no Município, vemos que o Art. 22, inciso IV da Lei Orgânica de Manaus, cabe à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, dispor sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, senão vejamos:

*Art. 22 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, e especialmente:*

...

*IV - obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como sobre a forma e os meios de seu pagamento;*



Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850  
São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020  
Tele.: (92)3303-XXXX/XXXX/XXXX  
www.cmm.am.gov.br

**ASSINADO DIGITALMENTE POR:**

MARCEL ALEXANDRE DA SILVA - VEREADOR - 262.011.005-04 EM 17/07/2018 10:57:31

**CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : D91FCEEC0004C0D9 . CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>**



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**



Com Base na Lei nº 4320/1964, Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução do Senado Federal nº 43/2001, as operações de crédito dos entes públicos dividem-se em operações que integram a dívida flutuante, como por exemplo, as operações por antecipação de Receita Orçamentária (ARO), e operações que compõem a dívida fundada ou consolidada. No caso em tela trata-se de operação de crédito interna junto a Caixa Econômica Federal, conforme podemos constatar com a transcrição do art. 3º da RSF 43/2001:

*Art. 3º Constitui operação de crédito, para os efeitos desta Resolução, os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.*

É preciso destacar que para efetuar a operação de crédito é imprescindível que o executivo cumpra os limites de endividamento determinados pela resolução 40/2001 do Senado federal que no caso dos Municípios é de até 120% da Receita Corrente Líquida. de acordo com o relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao 1º quadrimestre de 2018, o percentual de endividamento do Município de Manaus, é de 12,67, ou seja, bem abaixo do limite legal estabelecido.

Ademais a lei orgânica do Município de Manaus aborda em seu artigo 80, inciso VII, que o executivo tem que trazer a Câmara Municipal o plano detalhado de desenvolvimento urbano, detalhe esse que o executivo tem se preocupado em fazer para cumprir o que é determinado, vejamos:

*Art. 80 É da competência do Prefeito:*

*VII - enviar à Câmara Municipal, anualmente e até o dia 30 de março, plano detalhado de obras e serviços relacionados ao desenvolvimento urbano, acompanhado de relatório e avaliação das atividades desenvolvidas no setor e, ainda, o organograma do Poder Executivo, no qual constarão, obrigatoriamente, os órgãos da administração direta, indireta e fundacional, especificando os cargos e o nome dos respectivos ocupantes, funções e salários pagos pelo Município;*



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**Manaus**

Claro está que para o Executivo Municipal realizar operação de crédito, precisa da autorização desta Casa legislativa, sendo necessária a aprovação da matéria ora analisada para que dê a devida legalidade à operação.

**III – VOTO**

Ex positis, o voto é **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da matéria.

É o parecer. S.M.J.

Manaus, 17 de julho de 2018

*[Handwritten signatures in blue ink]*

**MARCEL ALEXANDRE**

Vereador PHS

Relator

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM  
DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: *favorável*  
por: *totalidade*  
dos: *presentes*  
em: *17/07/2018*  
Obs: .....



Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850  
São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020  
Tele.: (92)3303-XXXX/XXXX/XXXX  
www.cmm.am.gov.br

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

MARCEL ALEXANDRE DA SILVA - VEREADOR - 262.011.005-04 EM 17/07/2018 10:57:31

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : D91FCEEC0004C0D9 , CONSULTE EM <http://camaradigital.cmm.am.gov.br/verificador>